

3. Metáfora gramatical

A linguagem é vista pela Linguística Sistêmico-Funcional como um sistema semiótico complexo com vários níveis ou estratos. A gramática e o vocabulário pertencem ao mesmo estrato, sendo considerados dois polos de um contínuo, por isso chamado léxico-gramática. Enquanto está aprendendo a língua materna (proto-língua), a criança se expressa por meio do estrato do conteúdo e do estrato da expressão: ao apontar para um objeto a criança diz *nananana* (Halliday e Matthiessen, 2004). Então, após essa fase,

o 'conteúdo' se expande em dois, um **léxico-gramatical** e um **semântico**... Isto é o que permite ao significado potencial da linguagem se expandir, mais ou menos indefinidamente. A razão para isto pode ser explicada melhor em termos das funções que a linguagem serve na vida humana (Halliday e Matthiessen, 2004, p.24, grifo do autor).

Depois dessa aprendizagem inicial, três linhas divisórias marcam o que Halliday (2009, p. 121) chama progressão do desenvolvimento semiótico na língua materna: (i) a classificação é a fase na qual a criança (a partir de 1 a 2 anos) começa a usar a linguagem partindo do específico para o geral na expressão da língua materna ⁴⁰; (ii) a técnica é a fase em que a criança parte do concreto para o abstrato (ocorre a partir de 4 a 5 anos), quando as crianças estão nas séries iniciais; e (iii) a teorização é a fase em que crianças entre 9 e 13 anos partem de uma linguagem congruente passando para outra metafórica ⁴¹, esse é o período em que elas cursam as séries da escola secundária ⁴².

Essas linhas divisórias mostram que a generalização, a abstração e a metáfora são etapas do desenvolvimento semiótico da linguagem humana. Enquanto a generalização indica o domínio do conhecimento da linguagem no sentido comum ou habitual; a abstração é considerada fundamental para o letramento e para o conhecimento desenvolvido na escola primária, servindo de

⁴⁰ "Um homem lava o carro", exemplo de Halliday (idem, p. 117). No exemplo, o significado experiencial é semanticamente uma *figura* que gramaticalmente se realiza através da oração, pois um participante (o homem) faz algo (lava) a outro (o carro).

⁴¹ Thompson (1996) ressalta que não há expressões linguísticas congruentes ou metafóricas em termos absolutos, mas existem graus em que se pode dizer que a linguagem é mais/menos congruente ou metafórica.

⁴² No Brasil, as crianças dessa faixa etária estão finalizando o primeiro segmento do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano) ou cursando o segundo segmento do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano).

base para a compreensão da metáfora gramatical; esta, por sua vez, é importante na educação secundária, uma vez que o conhecimento das disciplinas é expresso através de uma linguagem mais técnica característica do discurso científico.

Embora o autor considere essas linhas “altamente esquemáticas”, a divisão feita por elas é importante para a compreensão do desenvolvimento de uma gramática considerada como cotidiana, constituindo-se como uma teoria da experiência (termo usado por Halliday). Essa gramática construída diariamente não é trocada por outra gramática considerada secundária que expressa uma linguagem mais elaborada ou metafórica; ambas (a gramática secundária e cotidiana ou primária⁴³ da linguagem) coexistem a partir da adolescência. A mudança de um modo de expressão considerado comum (ou congruente) para outro mais elaborado (ou metafórico) ocorre depois da infância, fase na qual a linguagem se realiza preponderantemente através da ligação entre grupos nominais, grupos verbais e/ou expressões preposicionais organizados de um modo considerado habitual. A partir da adolescência, a linguagem começa a ser expressa por meio de uma organização gramatical diferente daquela considerada comum.

Na visão de Halliday, a transição da linguagem que ocorre entre a infância e a idade adulta evidencia o padrão de evolução da linguagem em si mesma. Nessa evolução, a gramática desempenha um papel fundamental devido ao seu potencial de estabelecer comparação entre fenômenos diferentes como se eles fossem iguais. De acordo com Halliday (2009, p. 117), a gramática é um poderoso recurso da linguagem que se amplia quando a sequência entre algumas categorias se rompe no nível da realização e “uma corrente diferente de realização pode ser construída”. Por exemplo, ao invés de usar a oração *O homem lava o carro*, pode-se dizer *dar uma boa limpeza ao carro, um carro bem limpo, a limpeza do carro*⁴⁴, entre outras construções. Esses exemplos mostram que os adultos partem de uma linguagem considerada congruente para expressar um significado metafórico.

A linguagem congruente apresenta relações (entre categorias) que evoluíram e se desenvolveram inicialmente para expressar tanto a construção da

⁴³ Construto semiótico primário da experiência (Halliday, 2009, p. 119). Tradução livre.

⁴⁴ Exemplos de Halliday (2009).

experiência como a interação entre as pessoas. A realização da linguagem congruente pode ser compreendida conforme aparece na Figura 3.1, abaixo.

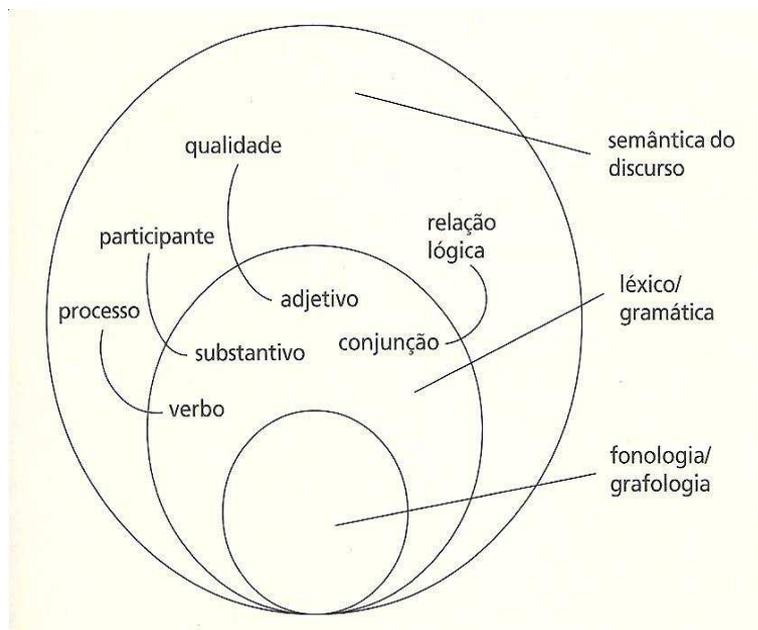


Figura 12- Realização da linguagem congruente. Figura extraída de Martin (2005).

A Figura 12 mostra uma correspondência entre os níveis da léxico-gramática e o nível da semântica do discurso, isto é, uma realização direta entre os estratos que formam o sistema linguístico. Em *O homem lavou o carro*, a oração apresenta dois participantes, o grupo nominal *O homem* na função de Ator e o *carro* (outro grupo nominal) na função de Meta; o Processo *lava* é o grupo verbal da oração. Quando a linguagem é realizada de modo metafórico, por exemplo, em *A lavagem do carro foi demorada* há uma reconstrução na interface entre a léxico-gramática e a semântica do discurso, como podemos observar na Figura 14, a seguir, em que o Processo passa a ser realizado por um substantivo (*lava* se realiza como *lavagem*), a Meta passa a ser um modificador (qualidade) deste nome (*carro* se realiza como *do carro*), etc.

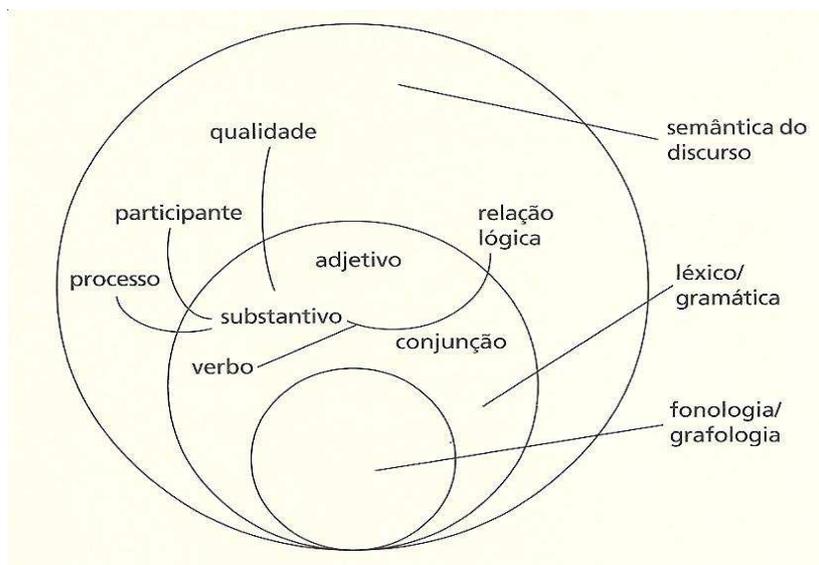


Figura 13- Realização da linguagem metafórica. Figura extraída de Martin (2005).

A Figura 13 mostra que a relação entre os níveis da léxico-gramática e da semântica do discurso torna-se mais complexa. Isto acontece porque há uma tensão entre os estratos do sistema linguístico, constituindo assim a metáfora gramatical, vista como uma característica da linguagem adulta. Em *A lavagem do carro foi demorada*, o participante e o processo da oração foram condensados dentro do grupo nominal *A lavagem do carro*; a expressão *do carro* exerce a função de qualificador do núcleo *lavagem*. Construções semelhantes a esta trazem consequências para a compreensão da expressão linguística como será visto em 3.1.

Ao observar essas figuras vimos que o estrato semântico é o princípio organizador do sistema linguístico, enquanto “a gramática é vista como uma rede de escolhas significativas interligadas” (Halliday e Matthiessen, 2004). Essas escolhas são feitas principalmente no eixo paradigmático cujos componentes são definidos a partir dos contrastes que eles apresentam. Por isso, qualquer explicação sobre a linguagem deve tomar como base as relações entre os elementos do eixo paradigmático. Essa é considerada a base das relações sistêmicas da linguagem, ou seja, a fonte geradora que possibilita a transformação da oração congruente em sua contraparte metafórica. Heyvaert (2003) argumenta que, na interpretação de uma expressão metafórica, é necessário identificar e analisar sua realização congruente. Sendo assim, cada sistema terá um ponto de origem e uma escala de gradação em relação aos seus elementos.

O conceito de metáfora gramatical surge a partir das considerações feitas por Halliday na análise da variação da expressão de um dado significado. O autor expõe duas perspectivas sobre a metáfora. Na perspectiva “de baixo”, a tradicional, o ponto inicial é o lexema que apresenta uma variação do significado. Por exemplo, o lexema *enxurrada* pode indicar *um movimento de massa de água* (significado literal) ou *uma massa em movimento ou sensação retórica* (significado metafórico). Na perspectiva “de cima”, adotada por Halliday, o ponto inicial é um significado que apresenta variação ao ser expressado. Por exemplo, o significado da oração *muitas pessoas reclamaram das decisões tomadas pelos políticos* pode ser expresso como *muitas pessoas protestaram contra as decisões políticas* (forma congruente) ou como *os protestos das pessoas contra as decisões políticas* (forma metafórica). Ele ressalta que essa variação na expressão não deve ser considerada totalmente sinônima, “a seleção da metáfora é em si mesma uma escolha de significado, e a metáfora particular selecionada adiciona mais características semânticas” (Halliday 1994, p. 342). Podemos observar melhor através das Figuras 14 e 15 que mostram as duas perspectivas sobre o conceito metáfora.

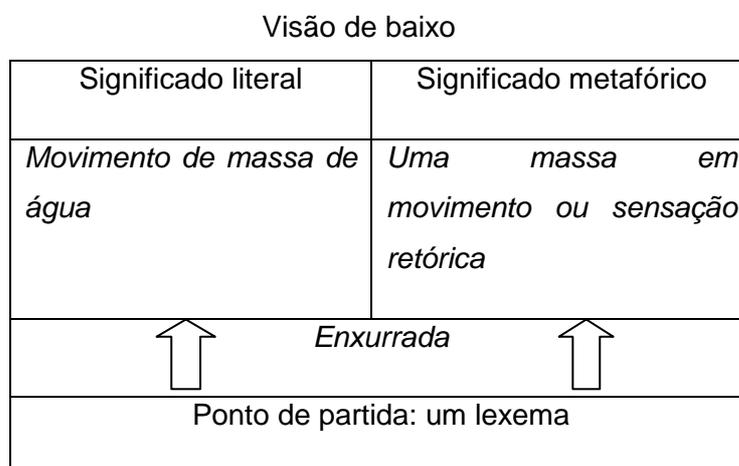


Figura 14- Perspectiva da metáfora lexical. Figura adaptada de Taverniers (2003).

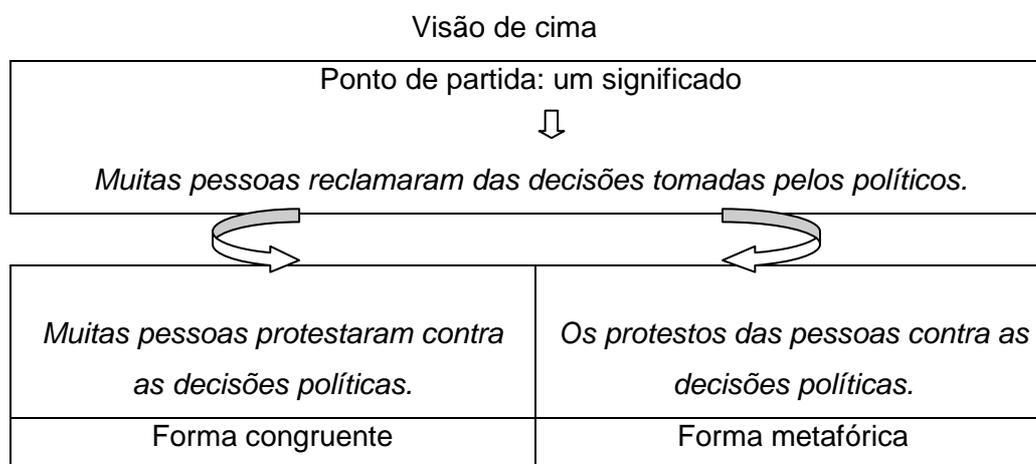


Figura 15- Perspectiva da metáfora gramatical. Figura adaptada de Taverniers (2003).

Dessa forma, Halliday amplia a definição tradicional feita pela teoria retórica na qual a metáfora é vista como a variação no significado de uma palavra, adotando assim uma nova perspectiva sobre a metáfora. Segundo Taverniers (2003, p. 6), “o ponto inicial é um significado particular e a questão relevante é: quais são os modos diferentes nos quais estes significados podem ser expressos ou realizados?” Nessa perspectiva, há duas formas de expressar um significado, uma metafórica e outra congruente. Como vimos acima, a expressão congruente, ou menos marcada, é aquela considerada como o modo mais típico de dizer, o modo mais comumente dito em uma determinada língua ou “o modo que é dito na ausência de qualquer circunstância especial” (Halliday, 1994, p. 343).

Taverniers (2003) destaca três principais consequências da visão de cima em relação à visão de baixo ao definir a metáfora como variação na expressão de um dado significado. A primeira refere-se à mudança de foco anteriormente centrada no significado de um dado lexema. O interesse na interpretação metafórica passa a considerar a configuração gramatical que segundo Thompson (1996) deve ser vista em termos de graus que tendem para mais congruente e, portanto, menos metafórico, e vice-versa. A segunda consequência está relacionada a uma escala de congruência. Um “mesmo” significado pode ser expresso em vários tipos diferentes de configuração. Thompson (idem) também argumenta que, embora se fale em modos de

expressar o mesmo significado, não é possível separar de um modo simples uma determinada expressão do seu significado. Talvez por isso, Taverniers (2003, p.7) afirme que esta característica de expressar o ‘mesmo significado’ pode ser importante “na descrição de vários tipos de metáforas”. A última consequência diz respeito ao conceito de realização, já que diferentes realizações serão comparadas a um “mesmo significado”. As realizações mais/menos congruentes ou metafóricas devem ser consideradas como diferentes sem que se atribua a uma delas o valor de melhor ou pior. Cada realização ocorre em função de contextos particulares, visto que em registros da área científica, por exemplo, a linguagem metafórica é mais valorizada por visar uma objetividade, enquanto narrativas orais tendem a valorizar um tipo de metáfora conhecida como metáfora interpessoal (Thompson, 1996).

A seguir, apresentamos com mais detalhes os dois tipos de metáfora gramatical definidas por Halliday, a saber: a metáfora da transitividade e a metáfora de modo (incluindo a modalidade) que, do ponto de vista da função semântica, são, respectivamente, metáfora ideacional e metáfora interpessoal.

3.1.

Metáfora ideacional ou metáfora da transitividade

Um dos aspectos do significado da oração na função ideacional é apresentar o significado como relacionado ao conteúdo ou à experiência. Neste tipo de significado, os componentes da estrutura realizam-se de forma direta entre os estratos da léxico-gramática e da semântica. A relação direta entre esses componentes e suas categorias semânticas (processos e verbos, participantes e substantivos, qualidades e adjetivos, relações lógicas e conjunções) é vista como uma relação natural entre os estratos. Segundo Martin (2005, p. 152), quando isso ocorre, “a linguagem soa autêntica, convincente – [é] um relato de primeira mão sobre o que está ocorrendo”⁴⁵. Essa relação natural é identificada na forma de expressão congruente.

⁴⁵“The language sounds, authentic, convincing - a first hand account of what went on”.

Entretanto, quando não há uma relação direta entre esses componentes e as categorias semânticas, ocorre uma tensão entre os estratos. Essa tensão é configurada por uma alteração entre o nível léxico-gramatical e o nível semântico, e essa tensão configura a metáfora gramatical. Por exemplo, (Halliday e Matthiessen, 2005):

O elenco atuou brilhantemente, por isso o público aplaudiu por um longo tempo. (forma congruente)

A atuação brilhante do elenco provocou aplausos demorados da platéia. (forma metafórica)

Neste exemplo, a primeira oração, composta de participante, processo e circunstância, é “empacotada” em um grupo nominal que exerce a função de Ator na forma metafórica (O elenco atuou brilhantemente; *A atuação brilhante do elenco*). Na forma congruente, a relação lógica entre as duas orações estabelecida pela locução conjuntiva “por isso” é transferida para o Processo (por isso; *provocou*). Já na segunda oração (forma congruente), o grupo verbal e a expressão preposicional são empacotados como em um único grupo nominal exercendo a função de Meta (aplaudiu por um longo tempo; *aplausos demorados*). Por último, o grupo nominal na função de Ator na segunda oração da forma congruente é “empacotado” como expressão preposicional (o público; *da platéia*).

Esses exemplos evidenciam porque Halliday e Matthiessen (idem) consideram a nominalização um recurso poderoso para criar a metáfora gramatical. Segundo Thompson (1996), a nominalização tem uma função importante porque ela promove uma nova ligação entre elementos da mensagem. Além disso, a nominalização de um processo tem influência sobre outros elementos da oração, pois permite que o processo nominalizado (atuação) receba um atributo (brilhante). Em outros casos, a nominalização transforma o verbo em um processo lexicalmente vazio (p. ex.: *banhar-se* passa a ser *tomar banho*), que apresenta pouca “contribuição para o significado da oração” (p.ex., *fazer uma substancial contribuição*, Thompson, 1996).

De acordo com (Thompson, 1996, p. 170), “uma importante função da nominalização é a possibilidade de encapsular (a informação)”. O grupo nominal

com um termo nominalizado é um dos recursos que a gramática utiliza para empacotar ou unir itens lexicais (Halliday, 1994). Thompson (1996) ressalta que o grupo nominal possui duas qualidades muito úteis na construção do texto: ele pode não somente ser tratado como algo que existe (participante metafórico), mas também como um participante em outro processo (*A atuação brilhante do elenco provocou aplausos*).

Halliday acredita que a nominalização de processos pode ter se desenvolvido nos discursos técnicos e científicos, trazendo algumas consequências tanto para o escritor quanto para o leitor. No texto escrito, a nominalização permite ao escritor:

(i) Construir hierarquias entre termos técnicos; por exemplo, o grupo nominal *movimento planetário*⁴⁶, formado pela nominalização do verbo *mover*, faz parte de uma subclasse de tipos de movimento e, portanto, pode ser hierarquizado.

(ii) Desenvolver os argumentos. A apresentação dos argumentos ao longo do texto se constrói na forma de orações que, por sua vez, podem ser encapsuladas em um grupo nominal com a finalidade de apresentar, sustentar ou retomar informações, como ocorre em:

“(a) *vida não evolui gradualmente, mas intermitentemente [...], por exemplo, o estudo de registro de fósseis [...] encontrados [...] (mostra) [...] que extinções ocorreram em ondas [...] Rápidas mudanças na cadeia da evolução [...] são causadas por [...]*”⁴⁷.

Vimos, nesse trecho, que a apresentação dos argumentos evidencia a presença de muitos termos deverbiais utilizados na construção das orações, permitindo o prosseguimento dos argumentos; no exemplo supracitado, o termo *mudanças* retoma o que foi dito nas orações anteriores, permitindo ao escritor seguir em frente com o argumento sobre as causas (*são causadas*) de tais mudanças. Além disso, a nominalização torna possível o fluxo dos argumentos permitindo que o escritor prossiga de uma tese à outra sem necessitar construir muitas orações (Halliday, 2009).

(iii) Usar expressões complexas na forma nominal, exercendo a função de Tema (ver 2.2.3). O grupo nominal com termo deverbal na função temática retoma a informação inserida na oração anterior e apresenta-a na oração

⁴⁶ Exemplo de Halliday (2009).

⁴⁷ Exemplo extraído de *The Essential Halliday* (Idem, p. 120). Grifo da pesquisadora.

seguinte situada na parte proeminente da estrutura oracional, ou seja, na função de Tema. Nas palavras de Taverniers (2003, p.86), a nominalização torna a informação compacta, criando um empacotamento textual o que, para o leitor “não-iniciado” no assunto tratado no texto, pode levá-lo a perder algumas informações durante a leitura.

Além disso, no processo de nominalização, quem faz a ação frequentemente desaparece. Há algumas razões que justificam essa ausência. Por um lado, o processo de nominalização se harmoniza com a ideologia da ciência quando o processo é objetivado, se tornando uma entidade expressa sem a presença de um agente. Somado a isso, a nominalização não se liga a um tempo específico em relação ao tempo da fala, já que o Sujeito e o Finito desaparecem quando se nominaliza o processo, tornando a informação inegociável; conseqüentemente os termos nominalizados passam a ser tomados como definitivos e garantidos (ver 2.2.2). Esse tipo de recurso se adéqua ao discurso científico para “estabelecer verdades gerais que não estão relacionadas a condições específicas de tempo e observador”, tornando-as “inatacáveis” (Thompson, 1996, p. 171-172). Como as razões que levam ao processo de nominalização muitas vezes perdem-se ao longo da linguagem, as nominalizações tornam-se “simplesmente uma marca de prestígio e poder” (Halliday, 1994), que não poderá ser questionada.

3.2. Metáfora interpessoal

A linguagem apresenta um significado interpessoal através do qual ela codifica a interação entre as pessoas. Quando as pessoas falam sobre a experiência, elas expressam suas opiniões e defendem suas proposições por meio da linguagem. Elas podem trocar informações, exigir que algo seja realizado, questionar ou fazer um oferecimento. Neste aspecto, a linguagem permite a troca de informações ou de bens e serviços. Se a codificação desses significados na oração envolve alguma mudança na forma de expressão, a oração apresenta gramaticalmente um elemento metafórico. A metáfora gramatical interpessoal pode ser uma expressão de modo (baseia-se no uso de

uma função de fala ao invés de outra) e de modalidade (baseia-se na relação semântica de projeção).

Antes de discutir a noção de metáfora de modo, é preciso compreender que a oração como troca está dividida em duas partes: o Modo oracional (Sujeito e Finito aliado à polaridade) e o Resíduo (parte restante da oração); (ver 2.2.2). O Modo é o elemento da oração que se estrutura para expressar dois papéis de fala: dar e demandar. Cada um deles está relacionado a algum tipo de “mercadoria” a ser trocada, podendo ser uma informação ou bens e serviços. Em inglês, a ordem do Sujeito e do Finito indica se a pessoa está demandando (*Did she go to school?*) ou dando (*She went to school.*) uma informação. Já em português, não ocorre alteração na estrutura oracional para indicar a mudança de uma função de fala para outra (*Ela foi à escola? Ela foi à escola.*). A diferença entre um questionamento e uma declaração reside em uma mudança na entonação da voz ou, se a troca de significado for expressa através da escrita, usa-se o sinal de interrogação para indicar que se trata de uma pergunta. Em relação a demandar ou dar bens e serviços na língua inglesa, a demanda pode ser realizada através de ordens ou comandos sem necessitar da presença do Sujeito ou do Finito⁴⁸, e o tempo verbal é o imperativo; se a ação é dar bens e serviços, tanto em inglês (*I 'll play squash. Shall I play squash?*)⁴⁹ quanto em português (*Posso ajudá-lo. Posso ajudá-lo?*), a configuração da relação entre Sujeito e Finito não se altera, de modo que “este tipo de troca não tem um modo especial, mas é identificado através do contexto da mensagem” (Butt at all., 1998, p. 73).

Sendo assim, a relação entre o Sujeito e o Finito determina os tipos primários de função de fala, a saber, questionamento, declaração, oferecimento e comando; e cada um deles está ligado a um tipo de resposta esperada pelas pessoas: “*responder a uma questão, reconhecer uma declaração, aceitar um oferecimento, cumprir uma ordem*” (Halliday, 1994, p. 69). Assim, a estrutura do Modo indica se a pessoa dá ou demanda informações ou bens e serviços na forma congruente. Entretanto nem sempre a escolha do modo corresponde à função de fala a qual o modo comumente está relacionado. Por exemplo, quando o falante utiliza outra função de fala para demandar bens e serviços

⁴⁸ “Play squash! Do play squash! Exemplo de Butt at all. (1998, p. 73). Em português: jogue squash! Tradução livre.

⁴⁹ Exemplo de Butt at all. (1998, p. 73). Nesses exemplos, o oferecimento é realizado tanto na oração declarativa quanto interrogativa.

(*Você pode ligar a televisão para mim? Ou Liga a televisão.*), a oração pode ser “codificada como uma declarativa modalizada, em tais casos o Sujeito/Finito acompanha o padrão normal de um modo declarativo ou interrogativo” (Butt at all 1998, p. 73), enquanto na forma congruente seria um comando ou oferecimento. De acordo com Thompson (1996, p.175), essa ausência de harmonia entre a estrutura do Modo e o papel de fala “envolve o uso de uma forma linguística para expressar um significado linguístico que não corresponde à sua função considerada mais natural”. Se o significado tem origem na combinação entre a forma e a função, quando isso não acontece, a oração expressa uma metáfora de modo. A Figura 16 ilustra o nível semântico-discursivo sem uma correspondência no nível da léxico-gramática.

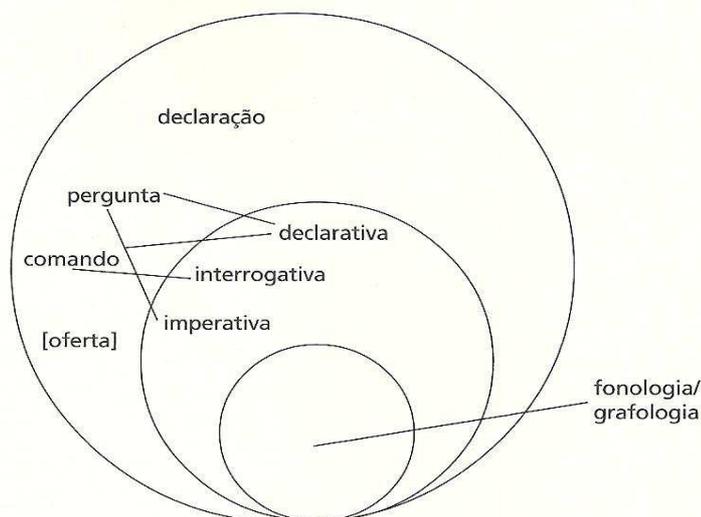


Figura 16- Realização da metáfora gramatical interpessoal de modo. Figura adaptada de Martin (2005).

Na Figura 16, observamos que a declaração e a oferta não expressam uma realização metafórica. Em relação à declaração, isto ocorre porque a forma de usá-la é mais restrita do que as outras funções de fala consideradas básicas, visto que o falante não usa a função de fala interrogativa nem imperativa (*Ela gosta de estudar? Goste de estudar.*) para fazer uma declaração. Já em relação ao oferecimento, vimos acima que a forma de expressá-lo tanto pode ser através do modo declarativo como do interrogativo, ou seja, seu uso é determinado pelo contexto. Desse modo, se entende que a tensão entre os estratos do sistema

linguístico, na metáfora de modo, surge no nível semântico-discursivo (círculo externo), inversamente ao que ocorre na metáfora ideacional cuja tensão se origina do nível da léxico-gramática (círculo do meio) (Butt at. all., 1998; Sardinha, 2007).

Outro aspecto do significado interpessoal da oração reside na possibilidade de o falante expressar sua opinião utilizando termos que indicam seu posicionamento em relação ao discurso. Além da polaridade positiva ou negativa (sim ou não) que possibilita a escolha do falante para afirmar ou negar a validade de uma informação, a língua apresenta palavras que indicam graus intermediários entre o positivo e o negativo, tais como: algumas vezes, talvez, sempre, etc. Esses graus intermediários são chamados modalidade e estão relacionados à função de fala. Em uma proposição, a opinião do falante pode expressar probabilidade ou usualidade, esse tipo de modalidade é chamado modalização. Já nas orações de comando ou oferecimento, os termos expressam respectivamente obrigação e inclinação; esse tipo de modalidade recebe o nome de modulação. Quando os recursos lexicais são substituídos por uma oração (classificada tradicionalmente de oração principal) para expressar a opinião do falante, a oração é uma metáfora gramatical de modalidade (*Provavelmente* ele viajará na próxima semana; *Eu penso* que ele viajará na próxima semana.).

Halliday (1994, p. 355) argumenta que “nem sempre é possível dizer exatamente o que é e o que não é uma representação metafórica de uma modalidade”. Para ele, há várias maneiras do falante ocultar a própria opinião por meio de certas expressões (*É óbvio que [...]; Todos admitem que [...]*). Thompson (1996, p. 173) considera que uma técnica comum para tornar o texto persuasivo é tornar uma opinião subjetiva em objetiva, por meio da nominalização da modalidade, tornando difícil a argumentação do ouvinte ou do leitor (*Possivelmente* sempre existiu [...]; *Mas a possibilidade* sempre existiu [...])⁵⁰. Outra forma seria a nominalização de uma expressão modal funcionando como elemento coesivo (*Nós não sabemos realmente* o que causou este cuidado ineficiente ou o rápido despertar. *Uma possibilidade* é que o sistema nervoso dos bebês...⁵¹); nesse exemplo, o termo *possibilidade* não parece

⁵⁰ O segundo exemplo é dado por Thompson 1986, p.173.

⁵¹ Exemplo de Thompson, idem.

expressar uma opinião do falante, em vez disso a nominalização funciona como justificativa da ocorrência de determinado evento.

Além da modalidade expressa através da nominalização de termos modais, Thompson (196, p. 173) considera que a presença da avaliação também pode ser expressa pela nominalização de elementos que evidenciam a opinião do falante dando a falsa impressão de ser “objetiva e baseada em fatos”, por exemplo, [...] Eu me pergunto quantos de seus leitores compartilham com o meu senso de descrença *na indiferença do governo* para a presente crise [...]; *Este fracasso para aplicar o senso comum* leva-nos a uma conclusão absurda. Segundo o autor, esses exemplos mostram o significado interpessoal sendo expresso de modo semelhante ao significado experiencial, isto é, a avaliação de que o *governo é indiferente* aparece na oração como se fosse um fato e não uma opinião do falante; o mesmo ocorre com o segundo exemplo: “[...] *as pessoas fracassam ao aplicar o senso comum*”. Na análise da oração, “é freqüentemente muito simples ignorar a oração modal na análise da transitividade, isto é, analisar a oração como se ela expressasse uma forma congruente” (Thompson, 1996, 173). Por isso, ele considera que tanto o significado modal quanto o avaliativo devam ser considerados quando se faz a análise interpessoal da oração.

3.3.

A nominalização de processos

Após refletirmos sobre as mudanças estruturais da oração que caracterizam a construção da metáfora ideacional e interpessoal, veremos, nesta seção, um dos principais mecanismos linguísticos que possibilita a variação na expressão de significados mais congruentes para mais metafóricos: a nominalização de processos. Inicialmente (em 3.3.1), examinaremos a formação de palavras deverbais a partir de critérios adotados pela teoria lexical (Basilio, 2003) e, em seguida (3.3.2), discutiremos como as nominalizações são analisadas e classificadas sob a perspectiva da linguística sistêmico-funcional.

3.3.1. Teoria lexical: a formação de palavras

No início desta pesquisa, quando foi necessário identificar os termos nominalizados que representassem uma mudança de classe gramatical de verbo para nome, mostrou-se essencial saber como reconhecê-los, a fim de analisarmos os dados gerados nas produções textuais. Durante a análise, alguns termos foram facilmente identificados, entretanto a identificação de outros termos se tornou mais difícil, devido ao uso frequente dos mesmos na linguagem diária. Como falantes nativos da língua, tornava-se difícil sabermos exatamente se um nome derivava do verbo e vice-versa. Em virtude disto, surgiu a necessidade de encontrar critérios já consolidados em outras pesquisas sobre a língua portuguesa que justificassem tanto a opção por uma palavra como derivada de um verbo quanto à exclusão de tal possibilidade baseando-se em critérios já adotados em outros estudos. Sendo assim, antes de considerar a nominalização uma expressão metafórica, expomos a seguir as bases teóricas e os critérios adotados na etapa inicial desta pesquisa, que compreendeu a identificação da nominalização.

Os estudos lexicais realizados pela linguista Margarida Basilio (2003) foi fundamental na identificação dos termos nominalizados do português. Basilio (idem) adota, em seus estudos, os pressupostos da teoria gerativa⁵² que toma como objeto de descrição linguística a gramática da competência, isto é, o conhecimento linguístico de um falante nativo.

Partimos dos motivos que levam os falantes da língua a criarem uma palavra nova, e do tipo de consequências que isto traz para os estudos lexicais. Em seguida, apresentamos justificativas que pudessem esclarecer porque certas palavras criadas pelos falantes não são incorporadas na língua. Depois dessa discussão, expomos os principais processos de formação de palavras, derivação e composição, além de suas características morfológicas. Por fim, tendo apresentado os critérios adotados pela teoria lexical, explicamos os tipos de formação de palavras que serão analisadas nesta pesquisa: derivação sufixal, regressiva e imprópria.

⁵² Apesar de as correntes formalistas e funcionalistas apresentarem divergências quanto ao conjunto de “crenças e hipóteses” sobre a linguagem (Neves, 2004, p. 43), acreditamos na contribuição dos estudos de uma corrente linguística em relação à outra.

Segundo Basilio (idem), cria-se uma nova palavra quando se deseja (ou há necessidade de) usar um significado existente em um contexto diferente daquele no qual ele é habitualmente usado. Para que isso ocorra, a nova palavra costuma sofrer uma mudança de classe gramatical. De acordo com Basilio (idem), a formação do léxico traz alguns desafios para o estudo da estrutura da palavra. O processo de formação de palavras não evidencia por que certas combinações, para originar novas palavras, podem ser ou não incorporadas ao léxico e, em alguns casos, é comum que algumas pessoas nem se deem conta de estar ouvindo ou lendo uma palavra nova. Somado a isso, o fato de já existir uma palavra incorporada ao léxico faz com que outras formações nem sempre sejam consideradas aceitáveis como palavras da língua. A autora (idem) ressalta que, no léxico da língua, há formações regulares e formações cristalizadas (cujas formações podem apresentar variações que vão de “sub-regularidades” a “irregularidade total”⁵³). Embora essas variações na formação das palavras dificultem a adoção de um estudo sistemático na análise da estrutura lexical, a presença de certos processos de formação, vistos como gerais, é importante para se aprofundar nos estudos lexicais.

No português, há dois processos de formação de palavras muito frequentes, a saber, o processo de derivação (junção de uma base a um afixo) e o processo de composição (junção de duas bases para formar uma palavra com um significado comumente separado do significado das bases)⁵⁴. Basilio (idem) faz algumas observações importantes que devem ser consideradas quando se reflete sobre a formação de palavras por meio da derivação: (a) os afixos apresentam funções que são simultaneamente sintáticas (delimitam o usos considerados possíveis) e semânticas (delimitam também a significação das palavras); (b) a produtividade de um afixo está associada ao grau de generalidade ou de frequência do mesmo (ex.: no português, frequentemente há a nominalização de verbos); e (c) o fator importante no processo de derivação

⁵³ No processo de formação de palavras, a sub-regularidade e a irregularidade total estão relacionadas à ligação semântica entre o significado de suas partes (base e sufixo) e seu uso. Por exemplo, vencedor é uma formação regular (verbo *vencer* + *-dor*, sufixo formador de agente); com o termo *passadeira*, já existe duas possibilidades: *passa-* + *-deira* pode indicar tanto a mulher que passa a roupa quanto um tapete comprido que se coloca nos lugares por onde as pessoas passam, este exemplo é considerado intermediário, já que na primeira acepção existe uma total regularidade na conexão semântica de agente, o mesmo não ocorre na segunda acepção.

⁵⁴ Nesta pesquisa, não será considerado o processo de composição para fins de análise, porque o objetivo da pesquisa é identificar os processos de nominalização de verbos e a suas funções na estrutura temática. Além disso, na composição, as bases vão gerar categorias mais específicas (cartão-postal, papel-moeda, guarda-chuva, etc.); já na derivação ocorre o inverso, os termos derivados são considerados mais gerais como ocorre com a formação de termos deverbais.

não é a mudança de classe, “mas a generalidade das noções envolvidas no processo” (Basilio, 2003, p.29), pois a produtividade de um processo é menor quando ele apresenta uma função particular, semelhante ao que ocorre com o sufixo *-ada* em *macarrão/ macarronada*, *feijão/feijoada*, etc.; a função do sufixo *-ada* de indicar o alimento que serve de ingrediente principal na preparação do prato é específica e isto se reflete na produtividade desse sufixo.

Além dos processos de derivação⁵⁵ nos quais há um acréscimo de sufixo ou de prefixo, a gramática normativa considera que a derivação também pode ocorrer de outras formas: derivação imprópria, derivação regressiva e derivação parassintética (ou formação parassintética, na qual o acréscimo ou a retirada do prefixo e do sufixo só pode ocorrer de forma simultânea). De acordo com Basilio (idem), as duas primeiras não são exatamente processos derivacionais. A derivação imprópria de verbo para substantivo se caracteriza por apresentar uma forma verbal precedida de artigo. Já a derivação regressiva caracteriza-se pela eliminação de uma parte da palavra, ou seja, “uma palavra nova é formada pela supressão de um elemento, ao invés de por acréscimo”⁵⁶ (Basilio, idem, p. 37). Embora as derivações regressivas sejam consideradas comuns na formação de substantivos derivados de verbos, elas envolvem problemas referentes a aspectos morfológicos e semânticos.

Em relação ao aspecto morfológico, há dois problemas na formação de substantivos deverbais: (a) após a eliminação da marca de infinitivo, o tema verbal nem sempre se mantém, pois há o acréscimo de uma vogal *-a*, *-e* ou *-o*, p. ex.: *cantar/canto*, *apostar/aposta*, *enxaguar/enxágue*; isso torna o processo “misto” e (b) a eliminação da marca de infinitivo não deve ser vista como derivação regressiva, uma vez que o elemento retirado do tema verbal é um afixo flexional. Já o problema relativo ao aspecto semântico, na derivação regressiva, reside na dificuldade de determinar se o verbo deriva do nome e vice-versa. Daí, dependendo do ponto de vista que se adote, tem-se uma derivação regressiva quando o substantivo deriva do verbo ou um acréscimo de afixos, caso o verbo derive do substantivo.

⁵⁵ Os processos de derivação serão observados considerando-se apenas os casos em que ocorrem nominalizações, ou seja, verbos tornam-se substantivos.

⁵⁶ Basilio diferencia derivação regressiva de redução ou abreviação na qual também é suprimida alguma parte da palavra. Na redução ou abreviação, não se pode prever que parte será suprimida. Nesses casos, as palavras derivantes costumam ser usadas em situações informais. Além disso, quando a redução ocorre em formas compostas, ela ocorre “pelos constituintes da composição” (*foto* por *fotografia*).

O critério de distinção adotado pela gramática normativa para saber a origem de uma palavra reside em considerar se o significado da palavra é de ação; se for, tem-se uma derivação regressiva; ou, se a palavra significar substância, tem-se um substantivo. De acordo com Basilio (idem, p.41), essa diferenciação não abrange vários casos nos quais “a forma de substantivo nem é uma ação nem é um substantivo concreto”. Sendo assim, ela argumenta que em alguns casos não se pode dizer se a formação é regressiva, pois o verbo poderia ter se formado de um substantivo (quando não se tem certeza da origem da palavra). Para distinguir quando há a presença de um verbo ou de um substantivo numa expressão, Basilio (idem, p. 42) sugere observar se o sentido da palavra em questão é abstrato; para ela, “uma formação deve ser considerada como deverbal quando puder ser usada com sentido verbal”.⁵⁷

Existem dois motivos para se adotar esse critério de distinção: (i) “a formação de substantivos a partir de verbos é infinitamente mais produtiva” e (ii) “a relação sintático-semântica” que se configura entre o verbo e a nominalização “é independente da origem da forma substantiva ou da forma verbal” (Basilio, idem, 42). Sendo assim, os processos de derivação, sufixal (-ção, -tivo, etc.) regressiva e imprópria, que permitem a nominalização de verbos serão observados, nesta pesquisa, levando em consideração os aspectos que envolvem a formação de palavras deverbais em português. A decisão de abordar o estudo lexical nesta Dissertação surge em função da necessidade de identificar os termos nominalizados na construção da oração como mensagem, e de compreender como esses termos contribuem na construção de um texto mais ou menos metafórico, de acordo com a abordagem funcionalista de Halliday (1994).

⁵⁷ No exemplo: “A *demora* de Maria está aborrecendo Pedro” o termo em itálico pode ser substituído pelo verbo correspondente em “Pedro está aborrecido porque Maria está *demorando*” sem alterar o sentido da oração; já na frase “O *enfeite* de Maria não durou muito” o termo *enfeite*, ao ser substituído por um verbo correspondente, não mantém o mesmo sentido nas seguintes orações: “Maria não demorou muito se enfeitando” ou “Maria não demorou muito sendo enfeitada” (Basilio, idem, p.42).

3.3.2.

A gramática funcional e a constituição das palavras

Vimos acima que o processo de criação de palavras novas a partir de outras surge em função de necessidades comunicativas quando se deseja usar o significado de uma palavra já existente em um contexto diferente do habitual. A própria organização da linguagem permite que mecanismos como o de derivação (objeto de estudo desta pesquisa) ou de composição formem palavras novas. Isto ocorre porque “a linguagem é um sistema semiótico complexo, composto de níveis múltiplos, ou de estratos” (Halliday, 1994, p. 15). Em outras palavras, o estrato ou núcleo central da linguagem é a léxico-gramática, um contínuo cujos extremos são representados, de um lado, pela gramática e, de outro lado, pelo léxico; sendo o fraseado (nível da léxico-gramática) a realização da expressão linguística. A fim de compreender como ocorre a realização do fraseado, usa-se a representação de uma linha vertical paradigmática ou escala de níveis na qual há o nível da léxico-gramática: no ‘nível abaixo’ está situada a fonologia e a grafologia; enquanto no ‘nível acima’ se encontra o estrato semântico. O fraseado realiza simultaneamente esses níveis, concretizando assim a criação de significados entre os estratos através da expressão linguística. Embora a Gramática Funcional em que esta pesquisa está baseada não se aprofunde na análise da estrutura dos constituintes internos da palavra, apresentaremos como as palavras são analisadas e classificadas e, em seguida, como é feita a identificação dos itens formados a partir da derivação verbal presentes na oração.

Thompson (1996) esclarece que é necessário diferenciar os constituintes da oração dependendo do que está sendo considerado durante a análise, ou seja, se a análise é estrutural ou funcional. A distinção da classificação parte de dois aspectos diferentes: (a) um aspecto indica o tipo de constituinte analisado, por exemplo, grupo nominal, grupo verbal, expressão preposicional; (b) outro aspecto expressa a função do constituinte, se tomamos o grupo nominal como exemplo, a função pode ser de Sujeito ou Complemento, sendo somente através da função da palavra que se evidencia a posição do constituinte na oração (o grupo nominal *livros escolares* pode exercer a função de Sujeito ou Complemento, a categoria funcional que será atribuída a esse grupo nominal depende da função que ele exerce na oração. Nas palavras de Thompson (idem,

p. 19), embora a classificação em relação à função seja fundamental, existe a necessidade de se classificar os constituintes estruturalmente para que se possa evidenciar “como diferentes significados são expressos” na gramática funcional.

Sendo assim, o autor (*idem*) classifica as palavras (ou constituintes) que compõem as orações em dois tipos: palavras abertas ou palavras fechadas. As primeiras são consideradas abertas porque palavras novas podem ser formadas através do acréscimo de um afixo; por exemplo: *louvável*, termo que se constitui de um morfema lexical *louva-* (contém a significação da palavra, e se refere a algo que está fora da linguagem) e de um morfema gramatical *-vel*. Nesse grupo de palavras abertas estão os nomes, verbos, adjetivos e advérbios já que podem ser formadas a partir de outras, bastando, para isso, o acréscimo de um morfema gramatical. Já as segundas são vistas como palavras fechadas, pois o número de palavras não aumenta, isto é, o número de itens dessas palavras é considerado estável; sendo conhecidas como palavras gramaticais ou palavras “formas”, visto que não indicam o conteúdo da mensagem, apenas ligam um constituinte a outro situado dentro da oração. Pronome, preposição, conjunção e verbos auxiliares (e, em inglês, verbos modais) fazem parte desse grupo, sendo descritos em relação à função gramatical que esses constituintes possuem.

A teoria sistêmica usa o conceito de escala de nível na qual qualquer unidade de uma categoria pode ser dividida em partes menores como ocorre no exemplo da palavra *louvá – vel*; essa escala apresenta quatro níveis: a oração, o grupo, a palavra e o morfema (considerada a menor unidade significativa); incluído na estrutura oracional pode haver também expressões preposicionais que, embora estejam próximas do nível do grupo, diferenciam-se dele. Elas não só apresentam uma constituição diferente do grupo nominal (preposição + nome(s)), mas também podem expandir outra categoria como, por exemplo, o próprio grupo nominal. Dois aspectos são importantes na compreensão dessa escala de níveis: (i) cada categoria pode ser dividida em partes menores (a oração é formada por grupo nominal, verbal, e cada grupo é formado por palavra(s) ⁵⁸ que, por sua vez, são formadas por morfemas); e (ii) a análise deve considerar todos os elementos da oração como integrantes de algum nível da escala.

⁵⁸ Thompson (1996, p. 21) ressalta que “toda palavra tem uma função como parte de um grupo e todo grupo tem uma função como parte de uma oração”.

O critério de classificação de uma classe também se baseia na característica comum que um termo tem em relação a outros do mesmo grupo, por exemplo, para se identificar um *nome* é preciso ver se é contável ou 'massa' (nomes não contáveis), se pode vir acompanhado de um determinante (artigo, adjetivo, numeral, pronome), se pode ser Sujeito, etc. Logo, a classificação de um item linguístico em termos funcionais indica o potencial gramatical desse item em relação à rede de sistema da qual faz parte e à estrutura da oração na qual ele é interpretado.

A identificação de um termo nominalizado nos estudos sistêmicos em língua inglesa apresenta um critério semelhante àquele adotado pela teoria lexical do Português: inicialmente observa-se o critério formal, ou melhor, os morfemas que compõem a forma nominal; visto que nem sempre este primeiro passo se mostra suficiente, observa-se também o contexto em que a forma nominal aparece parafraseada buscando identificar se ela apresenta o sentido do processo (Thompson, 2010). Um exemplo disso pode ser observado abaixo.

- a) Há algumas *programações* liberadas para qualquer público e que na verdade possui material impróprio para menores, ou seja, deveria ser proibida.⁵⁹

Em a, o termo nominalizado *programações* é 'sinônimo' de programas de televisão, a oração poderia ser parafraseada por: Há alguns *programas* impróprios para menores que deveriam ser proibidos; não sendo possível substituir *programações* pela ação de programar. Por conseguinte, caso a palavra não tenha o sentido de processo na oração parafraseada, isto significa que o termo presente na oração 'original' não é derivado de um verbo. Em razão de ser necessário fazer uma paráfrase para identificar os casos de nominalização, a identificação dos termos nominais nos textos é feita manualmente em vez de se utilizar um programa computacional.

Enfim, a compreensão do processo de nominalizar verbos ultrapassada a questão de mera alteração na estrutura da palavra derivada, o acréscimo ou a redução de morfemas envolve também a compreensão do significado do termo na oração. Conseqüentemente, nem todas as palavras consideradas

⁵⁹ Exemplo de aluno, produção textual nº 6, E. Pa.

inicialmente como derivadas de verbos na oração representam a expressão de um significado metafórico.

Quanto à função discursiva da nominalização, vimos acima (item 3.1) que ela pode variar de acordo com o contexto de uso da forma nominalizada. Nesta pesquisa serão investigadas as funções que as nominalizações podem exercer na produção textual de alunos do Ensino Médio com experiências educacionais na escola pública e privada.